



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DOS JOVENS
AMBIENTALISTAS DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

Francisca Marly Gomes de Azevedo

**CUITÉ-PB
2017**

Francisca Marly Gomes de Azevedo

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DOS JOVENS
AMBIENTALISTAS DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para receber o título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos

**CUITÉ – PB
2017**



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

A994e **Azevedo, Francisca Marly Gomes de.**

Economia solidária: uma reflexão à luz dos jovens ambientalistas no município de Picuí - PB. / Francisca Marly Gomes de Azevedo. – Cuité: CES, 2017.

44 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.

Orientador: Dr. José Carlos Oliveira Santos.

1. Economia solidária. 2. Educação informal. 3. Jovem ambientalista. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCEG

CDU 330.873

Francisca Marly Gomes de Azevedo

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DOS JOVENS
AMBIENTALISTAS DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos - Orientador
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Michelle Gomes dos Santos - Membro
UABQ/CES/UFCG

Profa. Dra. Marisa de Oliveira Apolinário - Membro
UABQ/CES/UFCG

UFCG/BIBLIOTECA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais *In Memoriam* que no decorrer de minha existência contribuíram e conduziram os meus estudos. Pelos valores morais que atribuíram ao meu caráter, pelos esforços e dificuldades que enfrentaram no meu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus toda minha gratidão que me concedeu a existência, obrigada por em todo tempo ter conduzido meus caminhos. Pela força e inspiração, para a realização de mais uma conquista.

A todos da minha família, por me apoiarem em todos os momentos de minha vida, ao meu orientador Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos, por ter aceito me encaminhar nesse processo de aprendizagem e no desenvolvimento desse trabalho.

Aos amigos Aracélia, Carlos Alberto, Enilma, Josivânia e Ozineide, pois sempre estivemos juntos compartilhando todos os momentos no decorrer do curso.

Ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano na pessoa de sua Coordenadora Profa. Dra. Cláudia Patrícia dos Santos, pela oportunidade da realização do curso.

A todos os professores do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), pois cada um deles contribuiu de forma significativa para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos membros da banca examinadora por aceitarem o convite em participar deste momento tão importante para minha vida profissional.

AZEVEDO, F. M. G. **Economia Solidária: Uma Reflexão à Luz dos Jovens Ambientalistas do Município de Picuí - PB.** 2017. 43 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

RESUMO

No mundo capitalista contemporâneo vive-se uma forte instabilidade no mercado de trabalho, onde os vínculos e a formação de identidades a partir do trabalho é um processo cada vez mais raro. A economia solidária para ser competitiva no mercado capitalista não pode se furtar à concentração que incorpora progresso técnico. A economia solidária surge em vários países como uma alternativa ao desemprego e a novas formas de organização social com características não capitalistas, apesar de estarem inseridas no sistema. O presente trabalho analisa as particularidades do movimento Economia Solidária sob a égide do Programa Jovens Ambientalistas, tendo por ênfase, a problematização desta vinculação no município de Picuí/PB. Desse modo, buscou-se caracterizar o movimento de Economia Solidária no município de Picuí/PB, tomando especialmente como lócus de desenvolvimento da política, o âmbito institucional do Programa Jovens Ambientalistas, destacando os avanços, desafios e problematizando alguns aspectos teórico-práticos presentes em sua materialização e os quais relacionam-se com a eficiência e eficácia do movimento no campo socioassistencial. Segundo dados apresentados no Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres, a pesquisa nacional por amostra de domicílio de 2003, revela que as mulheres participam em 50% do mercado de trabalho e representam 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal, isso sem considerar o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres cotidianamente em seus lares. Assim, através da apropriação crítica do objeto, foi possível apontar alguns elementos que atravessam o Movimento de Economia Solidária no município de Picuí/PB, enquanto sua aproximação com a política social, no sentido de problematizar a institucionalização das ações, as dificuldades do processo de autogestão, o fomento ou engessamento do potencial político organizativo do programa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Aprendizagem Social. Ambientalismo.

AZEVEDO, F. M. G. **Solidarity Economy: A Reflection to based of the Young Environmentalists of the Municipality of Picuí - PB.** 2017. 43 p. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Universidade Federal de Campina Grande. Cuité, 2017.

ABSTRACT

In the contemporary capitalist world there is a strong instability in the labor market, where the links and the formation of identities from work is an increasingly rare process. The solidarity economy to be competitive in the capitalist market cannot avoid the concentration that incorporates technical progress. The solidarity economy appears in several countries as an alternative to unemployment and to new forms of social organization with non-capitalist characteristics, even though they are inserted in the system. This paper analyzes the particularities of the Solidarity Economy movement under the aegis of the Young Environmentalists Program, with an emphasis on the problematization of this linkage in the municipality of Picuí / PB. In this way, we sought to characterize the Solidarity Economy movement in the city of Picuí / PB, especially taking as the locus of policy development, the institutional scope of the Young Environmentalists Program, highlighting the advances, challenges and problematizing some theoretical and practical aspects present in Their materialization and which are related to the efficiency and effectiveness of the movement in the socio-welfare field. According to data presented in the national plan of policies for women, the national sample survey (PNAD/IBGE) 2003, reveals that women participate in 50% of the labour market and represent 42% of the workforce in the formal work and 57% in informal work, that without considering the unpaid domestic work performed by women on a daily basis in their homes. Thus, through the critical appropriation of the object, it was possible to point out some elements that cross the Solidarity Economy movement in the city of Picuí / PB, while its approach to social policy, in the sense of problematizing the institutionalization of actions, the difficulties of the process of Self-management, fostering or deepening the organizational political potential of the program.

KEYWORDS: Environmental Education. Social Learning. Environmentalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Economia Solidária.....	11
2.2. Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	20
2.2 Educação Não-Formal e o Programa Jovens Ambientalistas.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	40

1. INTRODUÇÃO

Pensar em economia solidária significa pensar em outra economia oriunda da sociedade civil e dos meios populares, que está acontecendo em diversas partes do mundo, através de iniciativas que assumem, principalmente, formas associativistas e cooperativistas. Estas iniciativas, a depender do contexto em que se situa e de seu objetivo, assumem diferentes configurações, seja atuando em interface direta com o mercado, firmando parcerias com o poder público, ou utilizando formas de reciprocidade, ou, como lhe é mais característico, fazendo uma mistura dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Diante da perspectiva acima apresentada, tem surgido a ideia de que a solução para aliviar parte destes problemas não se resume à busca por emprego, mas por ocupação. É possível que, de forma alternativa, os trabalhadores se organizem por uma via autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, como as iniciativas da economia solidária, capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida. No entanto, o objetivo da Economia Solidária não se restringe a gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e da cooperação, que favorecem a participação do cidadão na sociedade.

O presente trabalho analisa as particularidades do movimento Economia Solidária sob a égide do Programa Jovens Ambientalistas, tendo por ênfase, a problematização desta vinculação no município de Picuí/PB. Desse modo, buscou-se caracterizar o movimento de Economia Solidária no município de Picuí/PB, tomando especialmente como *locus* de desenvolvimento da política, o âmbito institucional do Programa Jovens Ambientalistas, destacando os avanços, desafios e problematizando alguns aspectos teórico-práticos presentes em sua materialização e os quais relacionam-se com a eficiência e eficácia do movimento no campo sócio-assistencial.

A EJA tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem. Daí, podemos tirar uma conclusão: a EJA continua tendo sentido enquanto política afirmativa desse coletivo cada vez mais vulnerável. Não poderá ser diluída em políticas generalistas. Em tempos em que essa configuração dos jovens e adultos populares em vez de se diluir está se demarcando, cada vez com mais força, a EJA tem de assumir-se como uma política afirmativa com uma marca e direção específica. Esta é a primeira constatação que gostaria de deixar

ressaltada. Ou seja, o que estou sugerindo é que deveríamos pesquisar mais sobre essa configuração social e cultural dos jovens e adultos populares com os quais trabalhamos. Insisto em dizer que os últimos dez anos foram anos de polarização. Anos de distanciar esses jovens e adultos ainda mais do que já estão distanciados, ou segregados, de um projeto nacional de integração, de participação no trabalho, na riqueza, na cultura e no conhecimento.

A educação como formação permanente teria a função de atender aos processos históricos humanos, urge que ampliemos nosso pensamento para além do sistema escolar de ensino, incluindo a educação ambiental na gestão pública e pode ser que assim consigamos transformá-lo. Aqueles que geram os problemas ambientais na maioria das vezes não são os mesmos que sofrem com eles, no caso dos pescadores isso é fácil visualizar. Diante dessa realidade a educação ambiental precisa estar aliada às práticas transformadoras que desenvolvem processos emancipatórios nos moldes de Paulo Freire (2001). Importante salientar seus princípios de transversalidade que podem ser um suporte na mediação com o conhecimento tradicional da categoria de jovens ambientalistas de Picuí, Paraíba. Nesta demanda por qualificação profissional chegamos no ponto que podemos chamar de nó crítico, pois aqueles que realmente necessitam da formação não estão nas condições de escolaridade exigidas pela grande maioria dos cursos oferecidos pelos órgãos oficiais. Uma parcela significativa da população não chegou a concluir a 5ª série do ensino fundamental o que dificulta muito as ações de qualificação profissional nos levando à articulação efetiva com as políticas de EJA.

O processo de esgotamento dos recursos que permitem a manutenção da vida está ocorrendo de maneira acelerada sem que a natureza tenha tempo para se recompor. Essa situação, fruto das ações do ser humano compromete sua permanência no planeta. Nesse sentido, o objetivo do Programa Jovem Ambientalista, é desenvolver um trabalho educativo em que se possa sensibilizar o maior número de pessoas, especialmente os jovens, responsáveis pelo futuro da humanidade, para que se sintam responsabilizados na esfera individual e coletiva, a contribuírem com a construção de um mundo ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente eficiente.

No que tange a investigação do objeto proposto, empregou-se como recursos metodológicos, a técnica de Observação Participante, da Pesquisa Bibliográfica e da Pesquisa Documental. Como método de pesquisa, optou-se pela perspectiva sociológica,

de cunho materialista-dialético, entendendo a imprescindibilidade de analisar o objeto em sua totalidade e sua contradição.

Desta forma o objetivo geral deste trabalho consiste em promover o envolvimento com os alunos do programa jovem ambientalista do município de Picuí - PB, a fim de desenvolver um diagnóstico educacional proporcionando conceitos básicos do meio ambiente e suas perspectivas para uma Economia Solidária. Os objetivos específicos foram:

- Elaborar uma retrospectiva histórica da Educação, destacando o Programa Jovens Ambientalistas para que possamos compreender como funciona o Programa, bem como a contribuição efetiva fornecida pelos sujeitos;
- Compreender o estado de evolução do tema por meio de um processo de organização, classificação e análise de um conjunto de informações;
- Envolver a comunidade nesse processo de relação e preservação do meio ambiente;
- Conhecer a realidade do programa, e proporcionar perspectivas de economia solidária através de informações;
- Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais para a formulação de políticas públicas para a economia popular e solidária, em especial a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Economia Solidária

A temática da economia solidária tem conquistado uma visibilidade cada vez maior nos últimos anos. Milton Santos (NASCIMENTO, 2000), já se referia a algo que ele chamou de pequenos circuitos econômicos urbanos que se desenvolviam em locais com algum grau de desenvolvimento em capital social. Com o tempo verificou-se o crescimento desse fenômeno, muitas vezes intrinsecamente ligado à escassez enfrentada em certa região.

É de crescente aceitação que a Economia Popular Solidária caracteriza um sistema econômico- ou modo de produção- diverso, ou seja, nele se produzem, distribuem e consomem-se riquezas de maneira diferente das do capitalismo. Apesar de a expressão *economia solidária* ter sido criada no Brasil, trata-se de um movimento que ocorre no mundo todo e diz respeito à produção, consumo e distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. A sua base são os empreendimentos coletivos (associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis) (FOGUEL, 2014).

Pode-se dizer que a economia solidária se origina na Primeira Revolução Industrial, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao século XIX, surgem na Grã-Bretanha as primeiras *trade unions* (sindicatos) e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale em 1844, o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha - primeiro pela Europa e depois pelos demais continentes (PEREIRA, 2009).

Mas, desde uma visão intercultural, pode-se afirmar que práticas econômicas fundadas em princípios de solidariedade existiram em todos os continentes - e muito antes da Revolução Industrial. Práticas solidárias milenares no campo econômico foram reconhecidas e têm sido estudadas no cerne das diferentes culturas como elementos fundamentais da agregação e coexistência de comunidades humanas (CATTANI, 2003). Portanto, identificar a economia solidária apenas com as vertentes do movimento operário europeu seria um equívoco.

A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento, e pela igualdade entre os seus membros (CATTANI, 2003).

Algumas características contribuem para o desenvolvimento de uma economia solidária, visto que, desemprego, desigualdade e exploração são atributos inexistentes dentro de um contexto solidário, ou seja, todas as partes se desenvolvem positivamente nesse modelo. Essa filosofia estrutural promove uma relação inversa ao capitalismo, pois o caráter humano e a união prevalecem perante outras virtudes, porém, não excluindo o objetivo financeiro inicial estipulado pelo capital.

Existem diferentes autores que se dedicam à conceituação da economia solidária, sendo que os principais são Paul Singer e Euclides Mance. Singer (1998) propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego: "A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...". Já de acordo com Mance (1999), o conceito vai além e agrega ao conceito a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária que visa à construção de sociedades pós-capitalistas em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas: "... ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade...".

A economia popular solidária é o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (SINGER, 2002). Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas

crecentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não –, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização (SINGER, 2005).

No capitalismo, o trabalhador é separado dos meios de produção, que anteriormente controlava. Segundo Paul Singer (2002), "a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...). A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho".

A economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com os meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2004), uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, "o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência".

Um dos conceitos, então, que está intrinsecamente ligado à realização de um empreendimento solidário é o de desenvolvimento local. Com a tendência de aumento do rendimento do trabalho associado, há a busca por promover o desenvolvimento local dos aspectos econômico e social, sendo que este define-se como o "processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local".

Segundo Gaiger (1996), quatro características econômicas fazem parte do modo de produção capitalista:

- Produção de mercadorias tendo como único objetivo o mercado
- Separação dos trabalhadores dos meios de produção

- Transformação do trabalho em mercadoria, sob a forma de trabalho assalariado
- Extração de mais-valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção, como meio de ampliação incessante do valor investido na produção.

Com tudo isso, a principal característica do modelo de desenvolvimento capitalista é ser desigual e combinado: parte dos trabalhadores é bem sucedida, e o restante perde suas qualificações e muitos se tornam miseráveis. Isso se dá devido a uma crescente valorização da competição, que, ao contrário do senso comum, não é antagônica à cooperação. Ambas coexistem, e o que caracteriza o modo de produção dominante na sociedade é a predominância de uma ou de outra. Quando a competição sobressai em relação à cooperação, a grande tendência é a exclusão daqueles que fracassam ou não estão aptos, enfraquecendo o ambiente sistemicamente. Em contrapartida, quando a cooperação preside as relações, cria-se um ambiente tolerante e igualitário, tornando possíveis processos de recuperação de economias abaladas.

Segundo Singer (2000), "o único jeito de construirmos uma sociedade socialista, que mereça o nome e não seja meramente uma pretensão ou bandeira, é pela via democrática. Os valores da democracia são os valores do socialismo. É a igualdade, o respeito ao outro. E a economia solidária pretende ser democrática. Mas isto é um aprendizado. Este é o ponto."

A economia solidária, conforme Wautier (2004) é orientada do ponto de vista sociológico e "acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob a forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída". Pode-se dizer também que é fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas como fatores determinantes na realidade da produção da vida material e social.

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas. A origem desta perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca de caminhos alternativos e sustentáveis.

A Economia Solidária ou a economia justa é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, contrapondo programas e ações de caráter meramente assistenciais e paternalistas.

Sabemos que o Brasil não é um país pobre. No entanto, sua característica que se sobressai a todas as demais ainda é a desigualdade social, que se manifesta no campo e na cidade, no rural e no urbano. Nas últimas décadas, ocorreram inúmeras mudanças resultantes na construção democrática que, em grande medida, foi resultado da forte presença dos movimentos sociais no cenário político nacional. Essas têm gerado inúmeras experiências de construção e organização coletiva, apresentando à sociedade modelos alternativa de desenvolvimento social e econômico, denunciando em suas lutas e experiências a separação histórica que o modelo capitalista e modernizante determinou entre o desenvolvimento econômico e social (RAZETO, 1997). O desenvolvimento é o ponto de partida e há caminhos em curso para a construção de outro conceito de desenvolvimento da, para e pelas pessoas, resgatando a lógica do ser pelo ter.

A Economia Solidária nasce dentro deste princípio fundamental, e hoje há inúmeras organizações ligadas às Igrejas, Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs e Universidades que tentam aproximar esses dois elos. Organizações essas, cada uma com características, potencialidades, metodologias e limitações próprias, buscando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e participativa ao investirem seus esforços e recursos em empreendimentos de Economia Solidária, de geração de trabalho e renda. Com o uso de tecnologias simples e efetivas. Paul Singer (2000) alerta que devemos pensar a Economia Solidária numa comunidade inteira e não somente de pequenos grupos isolados, pois esta não é uma ação individualizada, mas sim coletiva, mediante processos contínuos de desenvolvimento local, comunitário, solidário e democrático.

A Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de

produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão (RAZETO, 1997).

No Brasil o movimento de Economia Solidária tem crescido de maneira muito rápida. O seu crescimento no contexto brasileiro se deve a fatores variados, dentre os quais vale destacar a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes etc., normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado (SINGER, 2000).

De forma geral, a Economia Solidária não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, e envolve de maneira responsável amplos segmentos da sociedade. Essa nova economia se propõe a recuperar socialmente o que o progresso tecnológico proporcionou e excluiu em determinadas situações (CATTANI, 2003).

No entendimento de Singer (2002, p. 10),

“a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda”.

Tratando-se de economia solidária, é uma alternativa à precarização do emprego pela necessidade de relacionar-se com o mercado, no qual se vende e compram-se seus produtos. Ela transforma numa relação em que todos ganham (SINGER, 2005). Desse modo, os lucros que são reconhecidos como sobras destinam-se a todos sendo esse fator a negação da “[...] possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte do trabalho”.

Economia Solidária é definida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito– organizados sob a forma de autogestão (NASCIMENTO, 2000). Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade.

A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Para Singer (2002) a economia solidária é um modo de produção, “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito liberdade individual”. Na empresa capitalista, os salários são desiguais: diretores ganham mais do que os gerentes e estes mais do que técnicos e vendedores, diferente do que ocorre na empresa solidária, onde os sócios não recebem salários. Pode-se afirmar que a economia solidária surge como objetivo de contribuir e atribuir esperanças aos seres humanos e integrá-los socialmente. A Economia Solidária ou a economia justa é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, contrapondo programas e ações de caráter meramente assistenciais e paternalistas.

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas. A origem desta perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca de caminhos alternativos e sustentáveis.

Denomina-se de empreendimentos solidários as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, que são de uma riqueza e diversidade consideráveis. De acordo com Laville *et al.* (2006), as características importantes dos empreendimentos solidários são:

- **Cooperação.** Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- **Autogestão.** Os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- **Dimensão Econômica.** É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- **Solidariedade.** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à

exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Jean-Louis Laville (LAVILLE *et al.*, 2006), sociólogo francês, foi o primeiro a observar e escrever sobre as novas formas cooperativas e associativas da Europa, oriundas do processo de exclusão social daquela sociedade e consequência justamente da crise do Estado de Bem-Estar e da ascensão do neoliberalismo. Laville identifica, em empreendimentos associativos de trabalhadores desempregados, as noções de iniciativa e solidariedade. Seu estudo traz de original a nova noção de solidariedade que esses empreendimentos apresentam. Segundo o autor, existem duas concepções de solidariedade: a filantrópica e a democrática.

A solidariedade filantrópica, para Laville *et al.* (2006, p. 23), é a intervenção dos mais aquinhoados para aliviar os mais desprovidos, ou seja, é apenas uma forma de aqueles que possuem condições materiais oferecerem ajuda aos excluídos, mantendo, por esta forma, o processo de dominação.

A solidariedade democrática assume outra noção, como observa Laville *et al.* (2006, p. 24):

A solidariedade democrática reivindica uma reciprocidade voluntária estabelecida entre cidadãos livres. Nestas, a auto-organização é a expressão das relações de igualdades [...]. Ela também adotou a forma de movimento social, buscando mudar as condições de vida pela reivindicação política [...]. A solidariedade democrática pode ser definida pela articulação de uma reciprocidade voluntária respeitando a igualdade, de um lado; e através de um reconhecimento jurídico que assegura direitos e elabora as regras de redistribuição pública, por outro lado.

Assim, a solidariedade democrática é a reciprocidade voluntária em que os cidadãos livres se reconhecem como iguais e se juntam para, por meio da reivindicação política, saírem da condição de excluídos socialmente. Segundo Laville *et al.* (2006), é a nova noção de solidariedade que é identificada nos empreendimentos de auto-organização associativos e cooperativos de trabalhadores. Na concepção desse autor, os indivíduos envolvidos em tais empreendimentos partem da concepção de que a economia de mercado é excludente e de que existem “outras formas de fazer economia”.

Quanto à organização e funcionamento, integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

- **Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações com as seguintes características:
 - 1) Coletivas (organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.);
 - 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
 - 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
 - 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real;
 - 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
- **Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento ao crédito, assistência técnica e organizativa;
- **Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos EJA surge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

A precariedade do ensino regular tem seus reflexos na Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação, que expressa a conquista do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso a escola na idade regular e/ou tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis de ensino fundamental e médio.

Legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e pela Resolução CNE/CEB nº1, de 05 de julho de 2000. Diz o artigo 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (DI PIERRO *et al.*, 2010).

Segundo Friedrich *et al.*(2010), a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de explicação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular.

A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade dita "regular" retornariam a escola para ser alfabetizado e incluído no mercado de trabalho (DI PIERRO *et al.*, 2010).

A história da EJA apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país (LOPES e SOUSA, 2005).

A EJA é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. (STRELHOW, 2010).

Sem dúvidas, a EJA deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se aos processos educativos mais amplos voltados para a formação humana de seus sujeitos. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA devem ser analisados dentro de um determinado tempo de vida, com especificidades próprias e que chegam a escola com inúmeras experiências, conceitos e valores que retratam seus anseios, desafios e expectativas quanto ao seu processo de formação (DI PIERRO *et al.*, 2010).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultos, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos (LOPES e SOUSA, 2005).

À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades. À medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge a necessidade da escolarização e é bom que isso aconteça, pois a educação dos adultos favorece a educação das crianças e adolescentes porque quanto mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos permaneçam na escola (LOPES e SOUSA, 2005).

Para Strelhow (2010), outra forma de pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que têm cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir (LOPES e SOUSA, 2005).

Conforme diz o Artigo 17 – “A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; (
- IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem “(BRASIL, 1998).

É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional (LOPES e SOUSA, 2005).

Professores que se proponham a trabalhar com adultos devem refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar. (STRELHOW, 2010).

2.3 Educação Não-Formal e o Programa Jovens Ambientalistas

A imprescindível tarefa de educar é uma das formas de evolução da humanidade, que se impõem não só ao governo, mas a sociedade como um todo, em que, existem duas maneiras de visualizar a educação: uma forma mais ampla, que abrange o processo de socialização pela qual são transmitidos valores, tradições, costumes e habilidades que ajudam a compor a visão de mundo de determinado povo, e outra mais específica, que engloba o sistema educacional, em que prioriza aprendizagem formal, baseado numa educação de funções bem definidas. Diante destas duas maneiras de visualização da educação contamos ainda com um contingente enorme de pessoas marginalizadas do processo educativo.

O programa jovem ambientalista é desenvolvido por meio de atividades voltadas para a formação socioambiental de jovens que estejam frequentando a Escola Pública, de caráter voluntário, vinculado ao Município. É voltado para o estudo dos processos naturais e impactos ambientais. Consta de desenvolvimento de pequenos projetos de estudos ambientais voltados à pesquisa de campo. Partindo dessa concepção vale salientar que a não participação da sociedade dificulta a chegada do consenso para a preservação do meio ambiente (AMSTALDEN e RIBEMBOIM, 1998).

O programa procura consolidar o modelo solidário, unindo cinco parceiros: Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), o Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e prefeituras. Até o final do ano 2000, o

Programa Alfabetização Solidária atingiu a marca de 1,5 milhões de alunos atendidos em 1.016 municípios brasileiros, conforme dados da Folha Online.

É interessante observar a evolução que a Educação Ambiental - em especial a não-formal - sofreu ao longo do tempo, visto que inicialmente era utilizada como forma de manifesto, alertando sobre a escassez dos recursos naturais e indicando a necessidade de conservação da natureza. É concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais.

Necessitando extrapolar o espaço escolar, disseminando conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais, através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela formulação e execução de programas educacionais por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, Poder Público, entre outras entidades.

Para execução de Programas relacionados à Educação Ambiental não-formal, faz-se necessário primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva. A começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e soluções para a consecução dos objetivos que se pretende alcançar (AMSTALDEN e RIBEMBOIM, 1998). Pois muitas vezes, a oposição a um determinado Programa, como o Programa Jovem Ambientalista, decorre principalmente da falta de informações do público-alvo sobre o mesmo. As práticas em Educação Ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que, possibilita que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e com as possibilidades dos envolvidos. Assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

A criação e o desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental não formal podem ser elaborados utilizando-se diferentes métodos, visto que não há uma metodologia única, nem um modelo rígido para tal. Podem-se utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de atividades práticas para se transmitir e socializar conhecimentos (NOVAES, 2002).

O Programa Jovens Ambientalistas da cidade de Picuí – PB, se caracteriza como um modelo de educação ambiental não formal envolvendo jovens carentes da comunidade local. A demanda dos jovens egressos para uma continuidade no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e participação em eventos deu origem ao grupo de Jovens Ambientalistas. Participam desse grupo aproximadamente 30 jovens. As atividades do projeto incluem atividades educativas, de participação cidadã e de inserção social. Os jovens se reúnem esporadicamente para desenvolver atividades educativas e participam de eventos de sensibilização ambiental realizados por instituições públicas e privadas

O Programa Jovem Ambientalista, o qual é realizado com jovens (de 13 a 17 anos) das comunidades da cidade de Picuí - PB no Seridó do estado da Paraíba, pela Prefeitura Municipal através do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo envolver os jovens picuienses em um processo de planejamento e gestão participativa, enfatizando a sustentabilidade comunitária e despertando o exercício da cidadania, além de promover o resgate e a valorização da cultura e do ambiente local. A ideia de implementação desse programa educativo ocorreu em função da falta de perspectiva em relação a oportunidades de estudo e trabalho na cidade, o que faz com que muitos jovens deixem suas comunidades de origem e direcionem-se para centros urbanos, contribuindo na maioria das vezes para perda de sua identidade cultural.

Dessa forma, acredita-se que o Programa oportuniza um espaço de diálogo (aceitando os questionamentos dos jovens e seus interesses em relação ao mundo contemporâneo), de reflexão (em relação à realidade social em que vivem) e de conhecimento (de si mesmo e de seu ambiente), para que o jovem tenha uma maior probabilidade de fazer uma escolha bem sucedida.

Um Programa de Educação Ambiental não-formal deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando para a formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática. Visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos intrínsecos à Educação Ambiental.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do caminho de nossa pesquisa passa pela abordagem qualitativa, uma vez que esta permite ao pesquisador um contato direto com o ambiente e a situação a ser investigada, ou seja, envolve a obtenção de dados que são obtidos no contato entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, a fim de desvendar a realidade. O estudo visa abordar o conhecimento a respeito de jovens que desenvolvem atividades relacionadas ao meio ambiente, vinculados ao município de Picuí-PB. Esse trabalho será realizado com alunos e o coordenador dos programas Sociais Jovens Ambientalistas.

Referente ao tipo de pesquisa, esse estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (TRIVIÑOS, 1990; GIL, 2009). Trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo-quantitativa, ao mesmo tempo exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico. A abordagem predominante deste trabalho é quantitativa dada à característica dos dados e pela forma que estes foram utilizados e apresentados, a partir de frequências relativas percentuais.

A pesquisa foi realizada no Município de Picuí, que está localizado na Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, o qual faz parte da Mesorregião Geográfica da Borborema. Possui uma área de 734,1 km², limitando-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao sul com os municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna, ao leste com os municípios de Cuité e Nova Floresta e ao oeste com o município de Frei Martinho e com o Estado do Rio Grande do Norte.

O Programa Jovens Ambientalistas possui 35 alunos na faixa etária de 15 a 17 anos e meio. Destes apenas 14 responderam aos questionários aplicados. De acordo com os questionários, dos jovens entrevistados, 08 são do sexo masculino e 06 são do sexo feminino. Destes, dois entrevistados tem 15 anos, seis entrevistados têm 16 anos, quatro tem 17 anos e dois completaram os 18 anos. A determinação em se trabalhar com comunidades escolares perpassa pela ideia do protagonismo juvenil no qual se coloca o jovem como o centro da tomada de decisão, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para esse princípio ser exercitado, ele requer que os jovens experimentem,

nas suas práticas, maturidade e capacidade de demonstrar que são capazes de realizar, implementar, agir, construir, fazer acontecer e executar suas ações de interesse.

Com o propósito de aperfeiçoar a prática profissional dos estudantes que se preparam para ingressar no mercado de trabalho, realizou-se uma visita técnica com os alunos do ensino fundamental e médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Lordão situada no município de Picuí. Os alunos, deste modo, puderam visualizar na prática a teoria aprendida em sala de aula sobre economia solidária. Durante a visita a escola atingiu plenamente os objetivos, pois houve uma integração positiva entre os participantes, principalmente pela troca de experiências entre alunos, professores e profissionais da área. Os alunos não somente constataram na empresa visitada o conhecimento adquirido na atividade escolar diária, mas agregaram valores pessoais e profissionais, além de estarem ainda mais motivados para o exercício futuro da profissão nas áreas afins. Diante disso, constatou-se que a visita transcorreu muito bem dentro de todas as expectativas programadas e que as turmas foram beneficiadas com este tipo de iniciativa.

A construção de um questionário, segundo Aaker et al. (2001), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros. Com relação ao conteúdo das perguntas, pode-se tentar verificar fatos, crenças quanto a fatos, crenças quanto a sentimentos, descoberta de padrões de ação e de comportamento presente ou passado.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve um caráter exploratório, visando proporcionar maior familiaridade com o problema ambiental, considerando vários aspectos para atendimento dos objetivos, será realizada uma pesquisa que estão previstas as seguintes ações:

- Visita ao ambiente;
- Questionários individuais com dados relevantes para um maior conhecimento do perfil desses Jovens;
- Estudos integrados da realização sociedade/natureza e Levantamento de dados que fornecem subsídios adequados para o desenvolvimento do projeto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Programa Jovens Ambientalistas, ao estabelecer uma educação ambiental não formal fundamentada nas práticas da Economia Solidária percebe-se haver um propósito de desconstruir o modelo rígido e bancário contido nos currículos escolares e reconstruí-los coletivamente, visando gerar uma reflexão na comunidade sobre a sua realidade e a construção de caminhos solidários de transformação social. No desenvolvimento do estudo foi indispensável destacar o grande elo existente entre a Economia Solidária e a educação não formal, as quais foram constituídas através do trabalho comunitário educativo, o que garante assim a possibilidade de o educando conjecturar sobre a sua participação e ação e modificando sua realidade a partir da apropriação de si mesmo enquanto sujeito transformador.

Desde o início das discussões sobre o a Economia Solidária no município de Picuí-PB havia a necessidade de consenso em torno de concepções mínimas necessárias. A base conceitual era um pressuposto fundamental para orientar todo o processo de coleta e a organização do sistema de informações em Economia Solidária.

Analisa-se aqui, a partir dos dados apresentados abaixo, a relação entre as perguntas e respostas obtidas pelos alunos entrevistados, sobretudo, a contribuição da pesquisa acerca do tema abordado.

Envolver a juventude na discussão ambiental e no engajamento na temática ambiental é um dos desafios da atualidade. Para tanto, devem ser viabilizadas formas de esses jovens participarem deste processo, surgindo então à ideia de criação dos coletivos jovens preocupados e atuantes na temática socioambiental.

Para o aluno participar deste programa tem que frequentar no mínimo a 2ª fase do ensino fundamental. Todos frequentam a escola regular, sendo 04 que estudam a 1ª série do ensino médio, 07 que estudam a 2ª série do ensino médio, 01 que estuda a 3ª série do ensino médio e 2 estudam o 9º ano do ensino fundamental. O reconhecimento destes jovens como atores estratégicos leva a sua inclusão nas políticas públicas como fator de desenvolvimento de suas comunidades. Isto torna relevante enfrentar a exclusão através da articulação das políticas públicas com um enfoque de transversalidade e equidade. Assim se firmam as bases para o desenvolvimento das políticas de juventude inclusivas, como parte da implementação do paradigma da cidadania juvenil (KRISCHKE, 2004). Dessa maneira se pode considerar os Jovens Ambientalistas como

uma tentativa de inclusão da categoria com as temáticas e políticas socioambientais e como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informação de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, entre outras ações e realizações.

Em relação ao coordenador, o mesmo desenvolve suas atividades no Programa havia pelo menos 3 anos e possui curso superior incompleto. De acordo com o coordenador, o Programa funciona com parcerias entre a Prefeitura Municipal de Picuí, e empresas como Banco do Brasil e Energisa. Os alunos recebem uma bolsa mensal de 150 reais, e dedicam-se aproximadamente 3 horas por dia ao Programa.

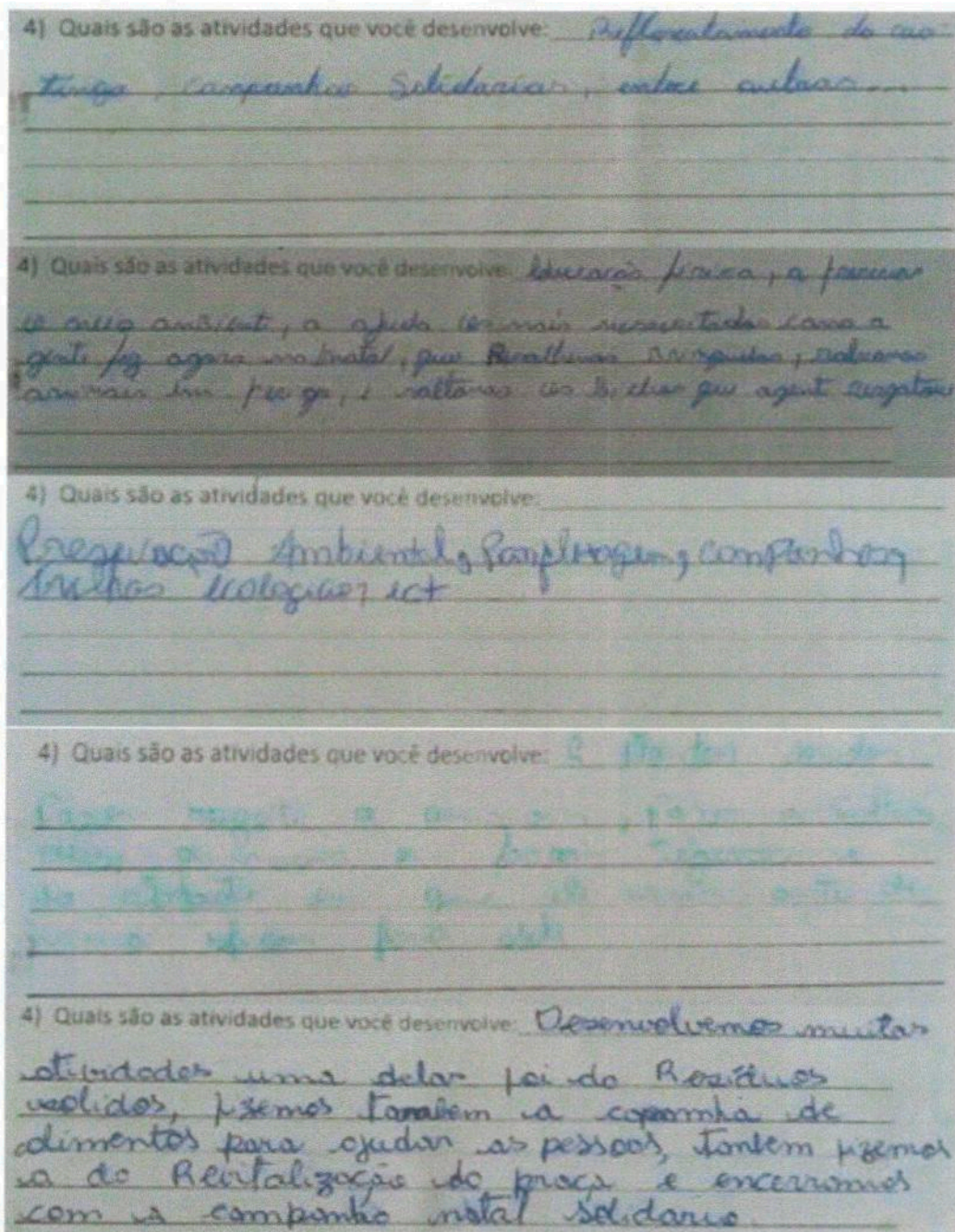
O Programa direciona os alunos para atividades de trilhas ecológicas, trabalhos com reciclagem, palestras em escolas, campanhas educativas, campanhas sociais, e pesquisa nos bairros da cidade voltados para o meio ambiente. Ainda de acordo com o coordenador, existe a possibilidade do jovem após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária, através de palestras e atividades similares. Essa proposta tem como mote principal promover a inclusão social, a valorização, o respeito à cidadania e à diversidade, bem como a responsabilidade socioambiental com a participação da juventude valorizando o princípio que norteia a atuação do Programa, no qual jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Pensando assim, as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender – esse diálogo é um aspecto fundamental para o fortalecimento dos movimentos (MATOS, 2014).

De acordo com os jovens entrevistados, as principais atividades desenvolvidas são: campanhas solidárias, reflorestamento, resgate de animais, campanhas de preservação ambiental, plantio de mudas da caatinga, dentre outras. Destacam-se algumas respostas listadas na Figura 1.

Uma geração aprende com a outra, onde a ideia não é a de isolar os jovens ambientalistas no seu próprio mundo, deixando-os por fora da realidade, como observamos até recentemente. Este princípio trata da importância do diálogo entre as diferentes gerações (crianças, jovens, adultos, idosos) e em cada uma delas. Sabemos o quanto as pessoas mais experientes e vividas podem por um lado impor os necessários limites aos jovens e serem exemplos de vida, na orientação de caminhos e alternativas desconhecidos. Por outro lado no papel de educadoras, essas pessoas podem reconhecer na juventude anseios, ideias, limitações e sonhos. A participação da sociedade deve ser

estimulada para que se sejam indivíduos ativos, capazes de estabelecer um conjunto que identifiquem os problemas, objetivos e soluções, pois existe uma consciência restrita da sociedade sobre as implicações do modelo de desenvolvimento em curso (JACOBI, 2003).

Figura 1. Principais atividades desenvolvidas segundo os Jovens Ambientalistas.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Das perguntas do questionário, todas foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, duas perguntas subjetivas se destacaram: a) Quais as atividades que você desenvolve? b) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar ou conservar o ambiente em que vivem?

Dos grupos entrevistados, em relação à primeira pergunta apenas 40% respondeu que utilizam trabalhos com panfletagem; 50% fugiram ao tema, enquanto que 10% não souberam responder. Em relação ao Quesito 2, do referido questionário, 80% se diz cuidar da preservação ambiental; 10% fugiram ao tema proposto, enquanto que 10% não soube responder à pergunta em questão. Percebe-se, portanto, que boa parte do público alvo da pesquisa não apresenta conhecimento aprofundado sobre o tema, uma vez que a falta de leitura prévia talvez seja o ponto de partida a influenciar a respostas descontínuas.

Os programas de Educação Ambiental devem ser disseminados não apenas com o público jovem, mas atuar com diversos públicos. A fim de desenvolver nas pessoas uma relação de afeto, cuidado, solidariedade e de cooperação não apenas em relação aos recursos naturais, mas nas relações sociais, uma vez que este também se caracteriza como ambiente e precisa de elementos saudáveis para estabelecer relações de equilíbrio.

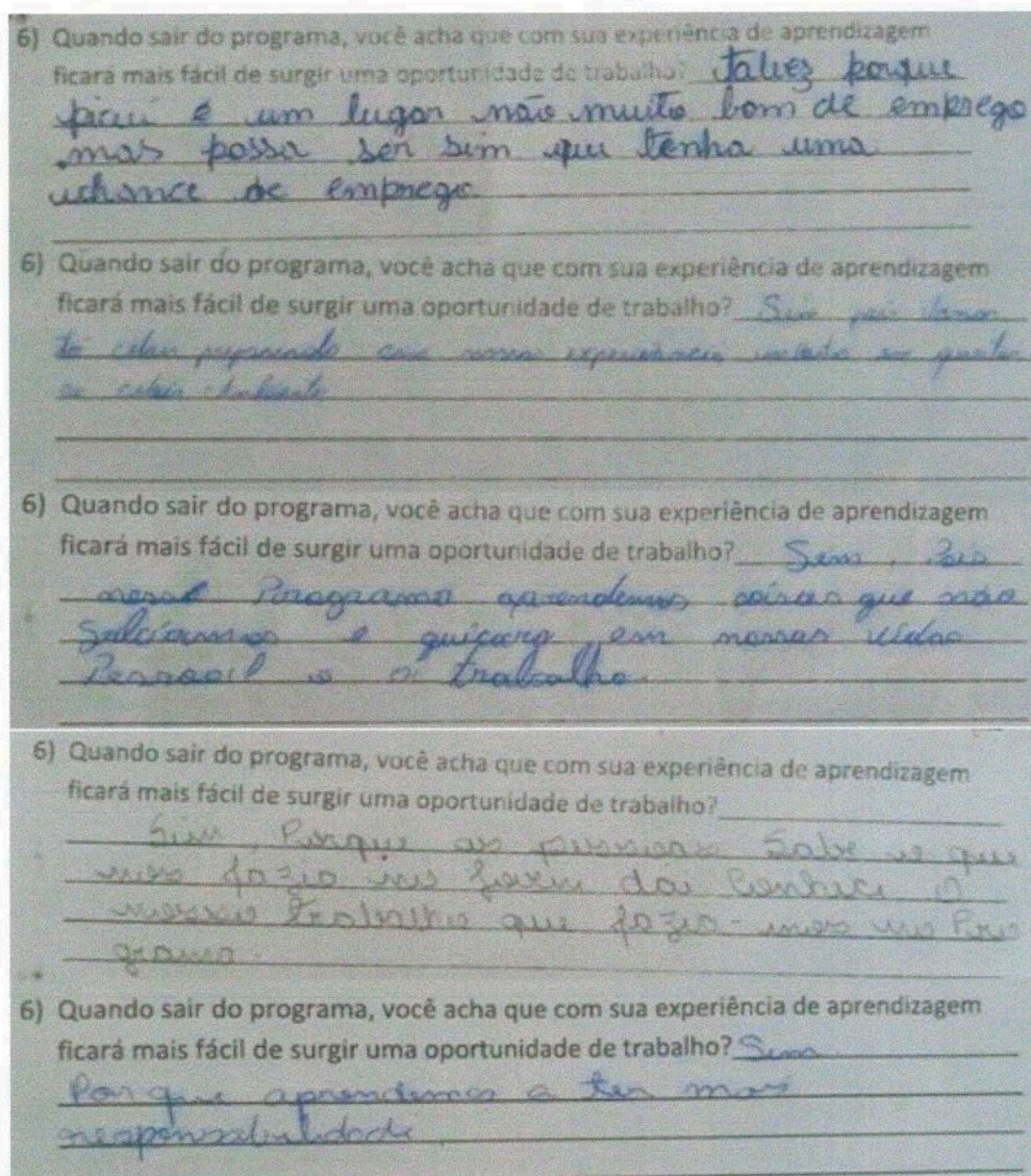
A maioria dos bolsistas ajuda sua família através da bolsa que recebem do programa. Quando indagados se ao término do programa poderiam utilizar sua experiência como oportunidade de trabalho, 12 (85,7%) entrevistados afirmaram que sim e 2 (14,3%) disseram talvez. Os jovens afirmaram que a bolsa-auxílio que recebiam durante a participação do projeto, proporcionava independência na compra de objetos pessoais. Por outro lado, o dinheiro também era utilizado para ajudar no financeiro da casa. Destacam-se algumas respostas na Figura 2.

As comunidades sofrem os efeitos das transformações sociais e econômicas do sistema capitalista. Nos aspectos que dizem respeito a escolhas profissionais, essas transformações promovem novos tipos de trabalho. Diariamente se observa a extinção e a criação de novas profissões. Profundas modificações na vida das pessoas e nas oportunidades do mercado de trabalho estão ocorrendo e interferindo nas dinâmicas do trabalho em diferentes contextos ambientais.

Algumas das atividades desenvolvidas pelos Jovens Ambientalistas abordam as iniciativas vinculadas a Economia Solidária como um movimento de resistência frente ao processo de acumulação flexível, que provocou inúmeras transformações no mundo

do trabalho e fortaleceu um modelo de desenvolvimento economicista e excludente. Frente a essas constatações, urge a busca de alternativas, de saídas que vislumbrem possibilidades de transformação, de superação, de sobrevivência, de sustentabilidade.

Figura 2. Visão sobre a possibilidade de emprego dos Jovens Ambientalistas.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

A sustentabilidade multidimensional caracteriza-se em um grande desafio no contexto capitalista em que vivemos. Sustentabilidade social, referente ao caráter distributivo da riqueza produzida, evidenciando e valorizando o ser e não o ter.

Sustentabilidade ecológica, diz respeito à diminuição dos impactos entrópicos da ação humana, com vistas à garantia da vida planetária, sustentabilidade cultural, tendo a diversidade dos costumes, valores, concepções enquanto fonte de riqueza e aprendizado e, finalmente, sustentabilidade econômica, defendida a partir de uma eficiente e equânime alocação e gestão dos recursos.

A principal contribuição deste trabalho de pesquisa consistiu em apresentar um panorama relativamente substancial, empírico e teórico sobre os jovens ambientalistas e a economia solidária, no município de Picuí-PB, que pode ser útil para as instituições de pesquisa. Como pesquisas futuras a serem realizadas a partir deste estudo, poder-se-iam estabelecer comparações com estudos realizados em outros municípios, permitindo cotejar os temas, as tendências e a qualidade da Economia Solidária em nosso município. Entretanto, para evitar uma visão localista, é preciso compreender que, se tais mudanças não estiverem associadas a um movimento mais amplo de transformação social, estes resultados ficarão restritos aos interesses pontuais e fragmentados de pequenos grupos, em nada contribuindo para mudanças da atual condição. Em outros termos, serão resultados reduzidos a pequenas “reformas” pontuais, muito mais em conformidade com o sistema de reprodução do capital, como sugere Mészáros (2005), do que em conformidade com a satisfação das necessidades humanas. Mészáros discute como pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano. Exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição os seus fundamentos. Sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação.

Percebe-se que algumas das atividades desenvolvidas poderiam ser um alicerce para o desenvolvimento da economia solidária entre estes jovens nas suas comunidades. Quanto questionados sobre a possibilidade de ao sair do programa poderem atuar na economia solidária, todos responderam que sim. Entretanto a concepção que os mesmo detêm sobre a economia solidária é muito distante da realidade. Várias atividades foram sugeridas, destacando-se as apresentadas na Figura 3.

Essa experiência nos possibilitou constatar que a emergência de alternativas de geração de trabalho e renda, na perspectiva da Economia Solidária, tem demandado aos vários profissionais o desafio de assessorar o processo de organização de trabalhadores e trabalhadoras, que através do trabalho associativo, buscam uma possibilidade de reingresso ou permanência no mercado de trabalho.

Figura 3. Concepções sobre a economia solidária de acordo com os Jovens Ambientalistas.

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?

() sim () não

De que forma?

Repassando tudo que aprendemos para população e fazo as reuniões e a distribuição em todos os pontos de coleta e toda a família

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?

() sim () não

De que forma?

De um jeito, quando eles estão precisando de alguma experiência ou dúvida já vou ao trabalho que tem alguns especialistas no assunto

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?

() sim () não

De que forma?

Se aprofundando no assunto, mostrando um pouco sobre o que é "solidário" nesse tipo de projeto (fazendo outras coisas)

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?

() sim () não

De que forma?

Exercitando a participação em São Paulo Solidária e não somente isso que faz uma Melhorar o futuro.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a preocupação de compreender o número significativo de produtividade de economia solidária que permeiam na contemporaneidade em tempos de desemprego estrutural, e, portanto, sem perder de vista o atual contexto do desenvolvimento capitalista, esta pesquisa tomou como foco de análise principal a relação educação/trabalho engrenada nos processos de trabalho das práticas de economia solidária e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade.

Com a investigação pudemos constatar que, tanto nas grandes regiões do território brasileiro, quanto particularmente na região do estado da Paraíba, especificamente no município de Picuí-PB, para a maioria das práticas produtivas de economia solidária a falta de viabilidade econômica se reproduz. Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese central que situava como sustentáculo dessas práticas processos educativos que se constroem nessas experiências vivenciadas pelos segmentos das classes subalternas, principais sujeitos dos grupos de economia solidária no estudo de caso realizado no município de Picuí-PB.

Uma ampliação conceitual articula ainda mais profundamente a educação não formal desenvolvida no Programa Jovens Ambientalistas à totalidade dos processos sociais de produção e reprodução da vida. Sob o capital, a educação não formal tem o sentido de internalização dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema, não devendo ser compreendida como restrita ao que ocorre em uma instituição formal de ensino. É fato que as 'instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização', mas elas são dele 'apenas uma parte'. Deste modo, embora o período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos de vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida. Os processos de 'internalização' ideológica cumprem, deste modo, a dupla função de, por um lado, criar qualificações necessárias ao funcionamento da economia e, por outro, elaborar métodos de controle político.

Como vimos, as experiências de autogestão e de Economia Solidária no Brasil tem sido um aumento quantitativo e qualitativo significativos nas últimas décadas já fazendo parte dos movimentos sociais brasileiros no último período.

A transformação dessas experiências em políticas públicas e a conquista de espaços governamentais responsáveis por fomentá-las e reconhecê-las tem colocado



novas questões para o conjunto do mundo do trabalho e apontam para a possibilidade de construção de novas institucionalidades que superem aquela construídas no contexto da sociedade salarial, que tinham no assalariamento um único modelo de algum tipo de regulação pública do trabalho.

Ademais, essas mudanças institucionais e as possibilidades de novos arranjos que possibilitem considerara economia solidária como um novo modelo de sociabilidade no Brasil dependem dos rumos que a economia solidária irá tomar no próximo período.



REFERÊNCIAS

AAKER, ET AL (2001) "Marketing Research" (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc

AMSTALDEN, L. F.; RIBEMBOIM, J. *Meio ambiente e jovens*. In: CNPD, Jovens acontecendo na trilha das políticas. Brasília, v. 1., 1998, p 149-164.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96**– 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

CATTANI, D. A. (Org.). *A Outra Economia*. Porto alegre: Veraz, 2003.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educ. Soc.*, vol. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

FOGUEL, F. H. S. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Redes de Colaboração Solidária: A Experiência do Banco Palmas. *Connection Line*, 2014, p. 10.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 165p.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. *Ensaio - Aval. Pol. Públ. Educa.*, vol. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. *Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?* In: GAIGER, L. I. (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, pp.101-126.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, 2003, p. 189-205.

KRISCHKE, P. J. Perfil da juventude brasileira: Questões sobre cultura política e participação democrática. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis PpgichUfsc*, vol. 2, n. 2, 2004, p. 27.

LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 11-17.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia. *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, vol. 5, 2005, p. 1-20.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2000.

MATOS, Z. M. R. Juventude e educação ambiental: um estudo do coletivo jovem de meio ambiente, Salvador-Bahia-Brasil. *ÍNDICE DE CONTEÚDOS*, 2014, p.131-145.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. *Revista Vinculando*, 2005.

NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. *Democracia e autogestão*, 2000, P. 97-145.

NOVAES, R. *Os Jovens e o Meio Ambiente*. In: FELDAMNN, F, CRESPO, S.; DRUMMOND. J. A. (Org.). Rio + 10 Brasil: Uma Década de Transformações. ISER; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro, 2002, p. 56-62.

PEREIRA, A. C. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social. *Contabilidade Vista & Revista*, vol. 6, n. 1, 2009, p. 33-41.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, vol. 75, p. 91-99, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, P. *A economia solidária como ato pedagógico*. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep/MEC, 2005, p.15-20.

SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR on-line*, vol. 10, 2010, p.38-45.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1990.

WAUTIER, A. M. T. G. E. *As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: um paralelo Brasil-França*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS. Santa Maria, 2004.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIOS APLICADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS CUITÉ-PB

ALUNA: Francisca Marly Gomes de Azevedo

ORIENTADOR: José Carlos Oliveira Santos

ENTREVISTA COM ALUNOS DO PROGRAMA

Jovens ambientalistas da cidade de Picuí.

Nome _____

Idade _____ Data ____/____/2016

- 1) Qual série você estuda? _____
- 2) Faz quanto tempo que você está nesse programa? _____
- 3) Você gosta: () sim () não
- 4) Quais são as atividades que você desenvolve: _____

- 5) A bolsa que você recebe lhe ajuda financeiramente. O que você faz com ela? _____
- 6) Quando sair do programa, você acha que com sua experiência de aprendizagem ficará mais fácil de surgir uma oportunidade de trabalho? _____

- 7) Pra você, existe algumas dificuldades para desenvolver suas atividades:
() sim () não
- 8) Qual o horário que você fica no programa? _____
- 9) É a semana toda: () sim () não
- 10) Qual foi o motivo que levou você a procurar esse programa?

- 10) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar ou conservar O ambiente em que vivem?

- 11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?
() sim () não
De que forma? _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS CUITÉ-PB

ALUNA: Francisca Marly Gomes de Azevedo

ORIENTADOR: José Carlos Oliveira Santos

ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PROGRAMA JOVENS
AMBIENTALISTAS DA CIDADE DE PICUI.

NOME _____

DATA ____ / ____ / ____

1) Qual a sua formação? _____

2) Há quanto tempo você trabalha com esse programa, e a sua função?

3) Quantos alunos faz parte, e a faixa etária deles? _____

4) Quais são as atividades que eles desenvolvem no programa? _____

5) Além da prefeitura, existe outros órgãos que tem parceria para manter esse programa:

() sim

Qual? _____

() não

6) Os alunos recebem alguma bolsa? () sim () não

Qual o valor? _____

7) Que dificuldades são encontradas para desenvolver as atividades?

8) Quantas horas por dia eles passam no programa? _____

9) Para o aluno participar desse programa, é preciso que ele esteja cursando qual a série do Ensino Fundamental? _____

10) O aluno do Ensino Médio pode fazer parte também:

() sim () não

11.) Existe a possibilidade do jovem após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?

() sim () não

De que forma?

